



## ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, nas dependências Câmara de Vereadores de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, instalou-se a Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis, conforme determina o parágrafo quarto do artigo nono da Lei Complementar nº 1 de quatro de maio de dois mil. Deu abertura a presente Audiência, o senhor José Dombrowski, coordenador do sistema de Controle Interno, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, explanando que de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as audiências de demonstração e avaliação do cumprimento das metas de receita e despesa, bem como de resultado primário nominal, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devem ocorrer ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, junto à Comissão de finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores. Na sequência, a Senhora Aline Carvalho, contadora da Prefeitura Municipal, passou à apresentação das metas e seus respectivos resultados obtidos ao final do primeiro quadrimestre de dois mil e dezesseis, começando com a avaliação das Receitas Correntes previstas que importaram o valor de R\$ 20.221.180,79 (vinte milhões e duzentos e vinte e um mil e cento e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), sendo arrecadado o valor de R\$ 7.285.552,82 (sete milhões e duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos), alcançando-se 36,03% (trinta e seis vírgula zero três pontos percentuais) da meta estabelecida. Continuando, explicou sobre as Receitas de Capital previstas, que importaram o valor de R\$ 7.015,00 (sete mil e quinze reais), sendo arrecadado o valor de R\$ 62.962,53 (sessenta e dois mil e quinze reais), alcançando-se a meta estabelecida. Relatou que a receita prevista total importou no valor de R\$ 20.228.195,79 (vinte milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), sendo arrecadado o valor de R\$ 7.348.515,35 (sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e trinta e cinco centavos), alcançando-se 37,33% (trinta e sete vírgula trinta e três pontos percentuais) da meta estabelecida. Em seguida fez a exposição sobre as Despesas totais previstas e atualizadas até o primeiro quadrimestre, que importaram o valor de R\$ 24.290.258,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), sendo realizado o valor de R\$ 7.921.699,60 (sete milhões e novecentos e vinte e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), alcançando-se 32,61% (trinta e dois vírgula sessenta e um pontos percentuais) da meta estabelecida. Quanto ao Resultado Primário, identificou a meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias que foi de R\$ 210.009,00 (duzentos e dez mil e nove reais), sendo que o valor alcançado apresentou um Déficit Primário na ordem de R\$ 1.273.308,00 (um milhão, duzentos e setenta e três mil e trezentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), mas considerando somente as despesas primárias liquidadas, passamos a ter um Superávit Primário na ordem de R\$ 1.008.618,45 (um milhão, oito mil e seiscentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos), ficando bem acima da meta estabelecida na LDO, mas, demonstrando o esforço realizado para ter economias com o propósito de saldar as dívidas de exercícios anteriores, bem como realizadas no próprio exercício. Em relação ao Resultado nominal, comentou que a meta estabelecida foi de R\$ 210.009,00 (duzentos e dez mil e nove reais), alcançando-se a importância de R\$ 1.147.973,67 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos), desse montante apurado, precisamos fazer um esforço e pagar a importância de R\$ 937.964,67 (novecentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). Este resultado não é ruim, se considerarmos o Superávit Primário na ordem de R\$ 1.008.618,45 (um milhão, oito mil e seiscentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos). Além das metas fiscais, a Senhora Aline Carvalho, apresentou também, o desempenho da Gestão Municipal em relação aos limites Legais e Constitucionais. Em relação aos gastos com ações e serviços de saúde que atingiram o valor de R\$ 1.110.751,39 (um milhão, cento e dez mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos), resultando em 24,96% (vinte e quatro vírgula noventa e seis pontos percentuais) da meta estabelecida.



percentuais) sobre a Receita de Impostos e de Transferências de Impostos, que no período atingiu o valor de R\$ 4.450.100,80 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cem reais e oitenta centavos), e, portanto, acima do limite mínimo de 15% (quinze pontos percentuais), estabelecido pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012. Continuando, Explanou sobre o limite mínimo com gastos na educação, cujo valor atingiu a importância de R\$ 647.850,81 (seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta um centavos) sobre a Receita de Impostos e de Transferências de Impostos, que no período atingiu o valor de R\$ 4.450.100,80 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cem reais e oitenta centavos), e, portanto, abaixo do limite mínimo de 25% (vinte e cinco pontos percentuais), estabelecido pelo art. 212 da CRFB/88. E, finalmente, apresentou os gastos aplicados na remuneração de pessoal do magistério, que alcançaram o valor de R\$ 420.046,38 (quatrocentos e vinte mil, quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), que equivale a 43,62% (quarenta e três vírgula sessenta e dois pontos percentuais), sobre o total dos recursos recebidos do FUNDEB e respectivos rendimentos e aplicações financeiras, que somaram o valor total de R\$ 963.029,21 (novecentos e sessenta e três mil, vinte e nove reais e vinte e um centavos), portanto, abaixo do limite mínimo de 60% (sessenta pontos percentuais), estabelecido pelo artigo 22 da lei 11.494/2007. Também falou dos ganhos com o FUNDEB, na ordem de R\$ 211.000,54 (duzentos e onze mil e cinquenta e quatro centavos). Na seqüência, a senhora Aline Carvalho, disponibilizou espaço para discussão dos resultados apresentados, com os participantes, para questionamentos e para tirar dúvidas. Encerradas as discussões e questionamentos, convidou a todos para a próxima audiência a realizar-se no mês de setembro do corrente exercício, encerrando presente audiência, da qual, lavrou-se a presente ata.

## LISTA DE PRESEÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE 2016

ATA: 30/05/2016

NOME LEGÍVEL	ASSINATURA
Andrézo de Sá	[Assinatura]
Wagner P. M. Lima	[Assinatura]
Romero da Rosa	[Assinatura]
GISELE NEVES P. PECHIBINSKI	[Assinatura]
Emílio P. de Souza	[Assinatura]
Simão Justino de Souza	[Assinatura]
Lourdes Esbaris Duarte	[Assinatura]
Laquiline Smentkowski	[Assinatura]
Lueli Franca	[Assinatura]
Angela Kohler	[Assinatura]
Edison Luis Ribeiro	[Assinatura]
Jose' Danilowski	[Assinatura]